

PROCESSO IBAMA 02022.003208/2006-51

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
NOVA ALMEIDA



Setembro de 2021

E&P



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO



REDES
DE
CIDADANIA



PETROBRAS

Linha de Ação A
Projeto Redes de Cidadania
DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE DE
NOVA ALMEIDA

Setembro de 2021



PETROBRAS



UNIVERSIDADE
VILA VELHA
ESPÍRITO SANTO

E&P

Catálogo na publicação elaborada pela Biblioteca Central / UVV-ES

D537 Diagnóstico da comunidade de Nova Almeida / Giovanilton André Carretta Ferreira, Augusto Cesar Salomão Mazine, Viviane Mazine Rodrigues, [coordenação] - Vila Velha : SEGEX, 2021.

61p. : il. (Coleção Redes de Cidadania)

Publicação digitalizada – PDF.

Linha de ação A.

Projeto Redes de Cidadania.

ISBN: 978-65-996087-6-6

1. Educação ambiental. 2. Pesca artesanal – Serra, ES. 3. Política social. 4. Cultura popular. I. Ferreira, Giovanilton André Carretta. II. Mazine, Augusto Cesar Salomão. III. Rodrigues, Viviane Mazine. IV. Título. V. Série.

CDD 363.70071

A Coleção Redes de Cidadania foi financiada pelo PEA-Redes de Cidadania, que integra o Programa de Educação Ambiental regulado pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/Ibama 01 de 2010, sendo caracterizado como medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Ibama e formalizado por meio do convênio 5400.0107359.18.4 firmado entre a Universidade Vila Velha UVV-ES e a Petrobras.

Realização:

Universidade Vila Velha

Convênio:

Petrobras

Reitor:

Heraclito Amancio Pereira Junior

Petrobras:

**Unidade de Negócios do Espírito Santo -
UN-ES**

Vice-reitor:

Rafael da Silva Galveas Oliveira

Gerente Setorial de Pós Licença e
Conformidade Ambiental para Atividades
de E&P em Águas Profundas:

Cristina Guerreiro de Meneses

Pró-reitora Acadêmica:

Leda Maria Couto Nogueira

Equipe Técnica de Socioeconomia:

Gisele Medice Roriz Milanezi

Pró-reitora de Pós-graduação Pesquisa e

Extensão:

Denise Coutinho Endringer

Nelson Orasmo Filho

**Angélica Gering Gabrecht Oliveira (ACV
Tecline)**

Superintendente:

Edson Franco Imaginário

Fabiana Florentino Morini (ACV Tecline)

**Grupo de Pesquisa em Ecologia Política
e Governança Ambiental-EcoPol
PEA-Redes de Cidadania**

Coordenadora Geral:

Viviane Mozine Rodrigues

Coordenador Institucional:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Assessoria Pedagógica:

Maria Angela Rosa Soares

Assessoria de Produção de Conteúdo

Renata Cristina Pinto Pazzini

Gerência de Campo:

Rosangela Pinto Rezende Sette

Coleção Científica Redes de Cidadania

Conselho Científico:

Antonio Carlos Sant'Ana Diegues (Universidade de São Paulo)	Gilton Luís Ferreira (Universidade Federal do Espírito Santo)
Augusto Cesar Salomão Mozine (Universidade Vila Velha)	Giovanilton André Carretta Ferreira (Universidade Vila Velha)
Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro)	Lucia Maria Machado Bógus (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)
David Baião Nemer (University of Virginia)	Luiz Fernando Oliveira Fontes (Universidade do Minho)
Elaine Harada Teixeira (Universidade Federal do Amazonas)	Manuela Vieira Blanc (Universidade Federal do Espírito Santo)
Elisa Antônia Ribeiro (Instituto Federal do Triângulo Mineiro)	Maria Manuela dos Reis Martins (Universidade do Minho)
Flavia Donadelli (Victoria University of Wellington)	Maria do Carmo Franco Ribeiro (Universidade do Minho)
Fernanda Magalhães (Universidade do Minho)	Renan Lubanco Assis (Universidade Vila Velha)
Jorge da Silva Macaísta Malheiros (Universidade de Lisboa)	Tatiana Walter (Universidade Federal do Rio Grande)
José Luiz Gonçalves Moreira da Silva Zêzere (Universidade de Lisboa)	Tiago Miguel D'Ávila Martins Freitas (EASME-European Commission)
José Manuel Mendes (Universidade de Coimbra)	Thiago Silva Soares (Herpeto Capixaba)
Geraldo Márcio Timóteo (Universidade Estadual do Norte Fluminense)	Viviane Mozine Rodrigues (Universidade Vila Velha)

Conselho Técnico:

Maria Angela Rosa Soares
Renata Cristina Pinto Pazzini
Vinicius Francisco Marchese

Secretaria Executiva:

Daniel Lopes Celante

Responsáveis Técnicos:

Coordenação:

Giovanilton André Carretta Ferreira

Augusto Cesar Salomão Mozine

Viviane Mozine Rodrigues

Pesquisadores:

Renan Lubanco Assis

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Técnicos:

Yasmin Fernandes Salles dos Santos

Carolina Erler Mozzer

Katriny de Mello Anjos

Rafael Moulin Pimenta

Revisão:

Augusto Cesar Salomão Mozine

Maria Angela Rosa Soares

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Diagramação:

Roberto Cabral Junior

Maria Angela Rosa Soares

Imagens/Arte:

Marcus Vinícius Oliveira Sartório

Roberto Cabral Junior

Rafael Moulin Pimenta

Apoio:

Daniel Lopes Celante

Giuliano da Silva Costa

Pauliana Pereira da Silva

Rafael Rebeque de Brito Grijó Rosa

Victor Dorsh Vieira

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO	9
II	METODOLOGIA	15
III	CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA	20
III.1	Localização e acesso à comunidade	20
III.2	Instituições representativas da pesca	22
III.3	Locais de embarque e desembarque pesqueiro	23
IV	CARACTERIZAÇÃO DA PESCA	24
IV.1	Áreas de atuação da atividade pesqueira	26
IV.2	Carreira da pesca.....	26
IV.3	Características das embarcações	28
IV.4	Técnicas e petrechos de pesca	30
V	ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS	31
V.1	Histórico de formação e evolução urbana/territorial.....	31
V.2	Histórico de formação e evolução urbana/territorial.....	32
V.3	Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira.....	37
V.4	Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira	38
VI	ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE	39
VI.1	Caracterização sociocultural	39
VI.2	Principais Patrimônios culturais	40
VII	RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA	42
VIII	REFERÊNCIAS	44
IX	APÊNDICES	47

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Nova Almeida, Serra.....	20
Figura 2 Imagem aérea da comunidade de Nova Almeida com destaque para o rio Reis Magos	21
Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Nova Almeida, Serra	22
Figura 4 – Barcos atracados no litoral sul da comunidade de Nova Almeida - Serra	23
Figura 5 – Barcos atracados na margem direita do rio Reis Magos em Nova Almeida - Serra	24
Figura 6 - Bancas da comercialização de pescados - mascates.....	25
Figura 7 - Peixaria da Praça do Pescador.....	26
Figura 8 – Embarcações maiores com casaria e convés	29
Figura 9 – Barco médio à esquerda e bateira à direita.....	29
Figura 10 – Bateira tipo Caíque.....	30
Figura 11 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 1990	34
Figura 12 - Mancha urbana de nova Almeida no ano de 2005	35
Figura 13 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2010	35
Figura 14 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2010	36
Figura 15 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2015.	36
Figura 16 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2020	37
Figura 17 – Estrutura de contenção na praia de Nova Almeida - Serra	39
Figura 18 – Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida - Serra.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias	17
---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra	32
---	-----------

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO	47
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES	56
APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE	60

I INTRODUÇÃO

Este diagnóstico parcial é um dos produtos desenvolvidos no Programa de Educação Ambiental-PEA Redes de Cidadania-RdC - UVV/PETROBRAS. A realização deste programa é uma medida de mitigação exigida pelo processo de licenciamento ambiental federal, conduzido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. A proposta do plano de trabalho deste programa atende a Linha A do programa de educação ambiental da Unidade de Negócios do Espírito Santo-UN/ES.

Os principais objetivos do programa como um todo são: formar e empoderar lideranças; identificar redes sociocomunitárias; dar formação, por meio de cursos de extensão em questões relativas à legislação ambiental; reforçar estratégias tradicionais e de economia solidária vinculadas à geração de trabalho e renda; dar formação em letramento digital e dar acesso a políticas e instituições ambientais.

O documento aqui apresentado consiste em um diagnóstico das relações sociais, ambientais, políticas e culturais da comunidade de pesca artesanal de Nova Almeida, localizada no município de Serra, como uma das comunidades abrangidas pelo PEA Redes de Cidadania. Este documento apresenta um diagnóstico parcial das atividades produzidas pela equipe da Redes de Conhecimento, realizadas até maio de 2020 com base nas diretrizes do projeto, respaldado pela educação ambiental crítica, conforme indicado no Plano de Trabalho do PEA.

O quadro teórico que fornece suporte para este diagnóstico preliminar se fundamenta em discussões clássicas e contemporâneas, tratando das circunstâncias ambientais, urbanísticas, sociais e políticas que norteiam a pesca, sobretudo a artesanal do litoral centro e norte do Estado do Espírito Santo.

A atividade pesqueira, em um primeiro momento, era realizada por povos indígenas, os quais laboravam também na agricultura, exercendo um tipo de policultura litorânea. Com as transformações sociais e econômicas por que passou a sociedade, o setor pesqueiro, assim como os demais setores

econômicos, se vinculou a uma economia urbana e mercantil, sendo subsidiado por terceiros, os quais passaram a demandar maior produtividade. Esta nova realidade insere a figura do atravessador e explica a introdução de novos petrechos de pesca, tais como: gelo para conservação do pescado – em maior quantidade – redes de náilon, motor de popa e de centro (DIEGUES, 1995).

Com o surgimento da figura do atravessador e a inserção de novos petrechos de pesca, o quadro se modificou significativamente. A partir do ano de 1967, com a promulgação do Decreto-Lei nº 221, legislação que estimulou a pesca em todo o território nacional, houve uma considerável mudança nos tipos de embarcação. Estas passaram a comportar maior quantidade de pescado e a ter condições de ficar mais tempo no mar. Com esta mudança na pesca, surgiram muitas empresas de beneficiamento e distribuição de pescado e, com o passar do tempo, gerou também a sobrepesca. Essas transformações, diferentes do modo realizado anteriormente pelo pescador artesanal, fizeram com que o pescado ficasse cada vez mais escasso e levaram muitas empresas a entrar em falência (DIEGUES, 1995; RABELO, 2006).

Com a lei de incentivo aos pescadores de embarcações maiores, a pesca artesanal recebeu menos recursos e passou a ficar refém da pesca empresarial, que atua também nas áreas de pesca artesanal, devastando os recursos pesqueiros, bem como a “fauna acompanhante”, que é capturada juntamente com a pesca principal. Este caso se aplica com maior intensidade na pesca do camarão, cuja rede utilizada tem malha fina e impede a fuga das outras espécies (DIEGUES, 1995).

Com relação à caracterização da pesca artesanal, esta é marcada por um trabalho de características familiares, baixo poder de predação e área de captura restrita. A atividade não se restringe à pesca em si, mas se estende também à produção de petrechos utilizados em sua execução. Esta dinâmica envolve a comunidade como um todo, em um sistema de trocas que ultrapassa a relação puramente mercantil, reforçando os elos de confiança entre os membros envolvidos (DIEGUES, 1995).

Logo, a partir das supracitadas considerações, a pesca artesanal pode ser compreendida não apenas como uma atividade econômica ou de subsistência, mas como um sistema de interações envolvendo relação de parentesco, práticas alimentares, econômicas, políticas, religiosas, recreativas, além das sabidas habilidades técnicas manuais.

Dessa maneira, afora a interação entre seres humanos, ainda há que se considerar a relação ser humano-natureza. Neste sentido, pressupõe-se um processo de simetrização entre humanos e não humanos, constitutivo de todo um modo de vida, especialmente em razão das ações ambientais agenciarem as ações humanas, as quais adaptam suas rotinas aos tempos das marés, aos ciclos das espécies marinhas, às condições climáticas e a outros aspectos que podem, de alguma forma, condicionar a atividade de pescadores e marisqueiras.

Assim, cabe uma consideração teórica sobre a virada antropológica no entendimento da relação ser humano-natureza para além de uma discussão dicotômica, na qual os dois entes encontram-se distintos. Na constituição da ciência humana, institui-se a noção do europeu civilizado e do não-europeu em um “estágio cultural inferior” (SPENCER, 1939). O primeiro, relacionado ao conhecimento técnico e o segundo, ao conhecimento baseado em fenômenos naturais. Por conseguinte, a cultura humana, sobretudo a ocidental, foi tomada como um processo de distanciamento do mundo natural, consolidando a separação entre o ser humano e a natureza. Como pano de fundo deste debate há o antropocentrismo, base do pensamento iluminista.

Ao refletir sobre a modernidade, Latour (1994) faz uma crítica a esse discurso como sendo responsável pela criação de duas zonas ontológicas distintas: humanos e não humanos, o que o autor denomina “purificação”. Esta concepção cria a noção de independência. Os estudos de sociedades tribais feitos por antropólogos, tinham grande capacidade de simetrizar humanos e não humanos, mas estes pesquisadores tinham dificuldades de fazer o mesmo exercício com suas respectivas sociedades, pelo fato de se pensarem como distintos dos não humanos. Latour supera esse equívoco ao sistematizar a noção de ator-rede, que seria pensar os humanos como inter-relacionados aos não humanos.

Ingold (1991; 2003), é mais audacioso e incisivo no debate, sobretudo na sua crítica às bases epistemológicas da antropologia que privilegiou em demasia o social em detrimento do biológico. Em sua concepção, a “evolução” dos organismos – seres humanos e não humanos – se dá em ações situadas ambientalmente. O desenvolvimento dos seres é possível, portanto, mediante o trabalho das gerações anteriores. É nos: “[...] contextos de entrosamentos práticos dos seres humanos uns com os outros e com os seus ambientes não humanos que as formas institucionais são geradas” (2003, p. 21).

Em vista disso, cabe aqui remarcar que a relação humana não é independente dos não humanos e, a partir deste enquadramento teórico, pode-se pensar em uma relação do pescador com o ambiente. As condições ambientais agenciam a ação dos pescadores, fazendo com que o ato de compreender essa dinâmica seja fundamental na própria construção da carreira, seja ela na pesca artesanal, seja na pesca industrial.

Esse debate ganhou força no âmbito dos direitos socioambientais, noção criada a partir da crítica aos modelos de gestão dos territórios invisibilizados e dos grupos que os habitavam. A partir de discussões promovidas pela União Internacional para a Conservação da Natureza-IUCN, os povos que habitavam as áreas protegidas passaram a ser incorporados ao debate (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; BARRETO FILHO, 2006; DIEGUES, 2004).

Assim, o reconhecimento dos conflitos existentes nas áreas habitadas por povos tradicionais, o debate “conservacionista tradicional”, que privilegiava apenas o cuidado com a natureza em si - diversidade biológica -, passou a “novo conservacionismo”, cujo foco seria humanista, levando em consideração não apenas a natureza, mas, ainda, as populações humanas, sobretudo as mais pobres (CALLEGARE; HIGUCHI; BRUNO, 2014; DIEGUES, 1996).

Nesse bojo torna-se fundamental o protagonismo da educação ambiental crítica, que propõe um processo transformador da comunidade por meio da “participação cidadã”, cujo projeto de participação comunitária é pensado a partir de um projeto emancipatório. Para tanto, torna-se basilar o entendimento de que

o agente humano intervém no mundo em que habita e, por isso, um processo de autoconsciência é necessário para que este possa reconhecer as suas potencialidades dentro do território e agir, não de modo individual, mas coletivo, a partir de processos educativos de mobilização comunitária (LOUREIRO, 2004; 2007; 2015).

Isto posto, tomando por base o quadro teórico apresentado, foram adotados procedimentos de coleta de dados primários e secundários, visando a sistematização das principais informações socioculturais, urbanísticas e ambientais que as comunidades dispõem. Esses aspectos serão apresentados na forma de diagnóstico.

O presente documento, que se configura em um diagnóstico parcial, está estruturado em sete seções. A primeira parte, introdutória, delimita a estrutura teórico-metodológica do programa como um todo e a do relatório. Na segunda seção é feita uma abordagem da metodologia utilizada, fundamentada em uma proposta qualitativa para o diagnóstico, no qual a comunidade estudada terá acesso aos dados levantados para poder participar do processo de elaboração do estudo, desde o desenvolvimento até a fase final da pesquisa. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas em duas idas a campo e uma pesquisa bibliográfica em documentos técnicos e acadêmicos disponíveis sobre as comunidades. A sistematização destes documentos se deu na forma de fichamentos e, por meio de seleção prévia, a Redes de Conhecimento definiu quais seriam utilizados considerando as informações contidas.

A terceira seção compreende uma caracterização geral da comunidade, indicando sua localização regional e os acessos a ela. Também são apresentadas informações como a quantidade de pescadores e os principais órgãos que se relacionam com a pesca, dentre associações e a colônia à qual a comunidade se reporta. Neste ínterim, serão priorizados os órgãos de interesse que mais interagem com a comunidade, com ênfase nas instituições representativas da pesca e suas relações sociais e políticas.

A quarta seção discorre sobre as principais características da pesca artesanal na comunidade aqui apresentada, sendo que, para este processo, foram elencadas as áreas de atuação da pesca oceânica, os processos que envolvem a atuação do pescador no setor pesqueiro e as principais categorias profissionais que envolvem a atividade. Também foram pontuadas questões como o modelo das principais embarcações utilizadas pelos pescadores e as técnicas e petrechos mais utilizados na captura do pescado. Por fim, dentre os aspectos a serem apresentados a respeito da comunidade de pescadores artesanais, ainda são assinaladas as redes de relações sociais que compreendem esse grupo.

A quinta seção tem por objetivo caracterizar a comunidade por meio de seus aspectos territoriais e urbanos. É proposta uma análise da evolução urbana recente da localidade, bem como a análise do uso e ocupação do solo urbano e os conflitos com outras comunidades que ali vivem. Este tópico analisa os aspectos atualmente consolidados da urbe, indicando quais são os possíveis impactos e transformações imputados pela lógica urbana vigente, além de analisar a implantação de empreendimentos de grande porte existentes ou não na região estudada. Neste item também são identificados os conflitos políticos de escala urbana e socioambiental encontrados na comunidade até o momento, auxiliando na produção dos mapas socioambientais com base nas relações estabelecidas.

A sexta seção compreende o levantamento das atividades culturais da comunidade. Os principais elementos destacados correspondem às características socioculturais que envolvem a sua formação sócio histórica. Esta seção realça os processos de ocupação do lugar e identifica como determinados grupos foram se apropriando de práticas de subsistência que envolviam as populações indígenas que habitavam o local, estabelecendo todo um modo de vida. A descrição de atividades culturais da comunidade se atém às festividades realizadas e a relação dessas com aspectos religiosos e sociais referentes à atividade pesqueira. No que concerne aos patrimônios culturais, são elencados objetos existentes na comunidade, práticas presentes nas festividades, bem como a dinâmica sociocultural local.

A sétima seção aborda a relação sociopolítica da comunidade. Esta é entendida como o modo pelo qual a comunidade pesqueira é retratada nas instâncias locais e regionais de representação da pesca artesanal e como são percebidas pelos pescadores locais. Para tal abordagem, são elencadas as lideranças formais, informais, femininas e jovens da comunidade.

II METODOLOGIA

Para a coleta de elementos constitutivos da comunidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais, adotou-se a triangulação metodológica (FLICK, 2005), na qual foram combinados diferentes métodos qualitativos de coleta de dados. Para tanto, lançou-se mão da História de Vida, História Oral (BECKER, 1997; DELORY-MOMBERGER, 2012; THOMAS; ZNANIECKI, 2006; HALBWACHS, 1990; POLLAK, 1992), Observação Direta (GIUMBELLI, 2002) e levantamento de dados em fontes secundárias. As principais técnicas empregadas na realização dos métodos mencionados foram entrevistas (GIUMBELLI, 2002; GARFINKEL, 2018) e percursos comentados (THIBAUD, 2002).

A história de vida objetiva compreender o contexto nos quais os pescadores estão inseridos, a partir de suas narrativas individuais. A história oral auxilia na coleta de relatos de pescadores que participaram ou testemunharam acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. A observação direta é uma ferramenta importante da antropologia e possibilita a participação dos pesquisadores em atividades desenvolvidas pelas comunidades, sejam elas, laborais, recreativas ou festivas. O levantamento de dados secundários consistiu na elaboração de um banco de dados que deu pistas para a coleta de dados *in loco* e fornece suporte para o processo de elaboração das oficinas de validação.

A principal técnica de auxílio foi a entrevista semiestruturada, realizada com os principais grupos contemplados pelo PEA Redes de Cidadania: pescadores e pescadoras artesanais, marisqueiros e marisqueiras e familiares desses grupos. As entrevistas foram elaboradas com base em uma primeira incursão de campo,

exploratória, feita entre os meses de março e abril de 2019. Neste período foram realizadas algumas entrevistas com o público da ação educativa e, a partir desta ação inicial, elaborou-se um termo de referência para orientar as próximas incursões - Apêndice A.

Em linhas gerais, os itens que nortearam a coleta foram: levantamento de lideranças formais, feminina e jovem; levantamento das relações sociopolíticas das comunidades; levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social; levantamento das relações socioambientais; levantamento de atividades culturais; levantamento de conflitos socioambientais; levantamento de órgãos de interesse da comunidade; levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade e levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental. Estes itens foram categorizados como *nós* e *subnós* no *software* NVivo 12 Pro., no qual é feita a sistematização das informações para que possam ser, *a posteriori*, facilmente encontradas em uma ferramenta de busca. Esta, por sua vez, ainda possibilita o cruzamento dos dados já tratados no processo de alimentação do sistema.

No que se refere ao primeiro contato com a comunidade de Nova Almeida, este se deu por meio das principais lideranças, as quais, na medida em que indicavam outros pescadores, possibilitavam o contato para a realização de uma nova entrevista, seguindo desse modo o procedimento amostral por cadeia de referência: bola de neve. Assim, sempre que uma entrevista era realizada, novas sugestões de entrevistados eram fornecidas. Ao todo foram realizadas 14 entrevistas na comunidade de Nova Almeida.

No processo de entrevistas adotou-se ainda a técnica do percurso comentado, com adaptações à realidade na qual estávamos inseridos. Esta técnica compreende acompanhar o entrevistado em um percurso que ele mesmo sugere, para que, no trajeto, sejam observados locais de referência para o entrevistado e suas memórias sobre o espaço que é percorrido.

Após a coleta de dados com os métodos e técnicas descritos, será feito um retorno ao campo - reunião de diagnóstico - para validação dos dados coletados - Apêndice B.

Quanto a realização dos mapeamentos, bases de dados foram elaboradas para organização sistêmica dos Planos de Informações-PIs georreferenciados, a serem obtidos por fontes primárias e secundárias. Os PIs estão organizados em duas Bases de Dados, as quais compreendem, respectivamente, dados disponibilizados *online* por instituições públicas e privadas, denominada “Institucional” e PIs produzidos em campo, a partir do georreferenciamento de elementos observados *in loco*, denominado “Dados de Campo” (XAVIER-DA-SILVA, 2001; FITZ, 2008).

As principais fontes de PIs institucionais correspondem a sites de domínio público, como a biblioteca virtual do Instituto Jones dos Santos Neves-IJSN, de navegadores virtuais, como o GEOBASES e os bancos de dados do Instituto Estadual de Meio Ambiente-IEMA, Agência Nacional de Petróleo-ANP, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade-ICMBio, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária-EMBRAPA, Agência Nacional de Águas-ANA, Fundação Nacional do Índio-FUNAI, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN. Também foram solicitados à Petrobras arquivos vetoriais de geolocalização que pudessem auxiliar no arranjo dos mapas. Abaixo é apresentada a lista de PIs com suas respectivas fontes - Quadro 1.

Quadro 1 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias – continua

Título	Tipo	Instituição
Sísmicas Públicas	Vetorial	ANP
Blocos SRTM - 90m	Matricial	EMBRAPA
Cartas Topográficas	Matricial	IBGE
Limites Unidades da Federação	Vetorial	IBGE
Ottobacias Nível 4	Vetorial	GEOBASES
Unidades Naturais	Vetorial	GEOBASES
Meses Secos ES	Vetorial	GEOBASES
Solos ES	Vetorial	GEOBASES
Hidrografia ES	Vetorial	IEMA
Uso da Terra ES	Vetorial	IEMA
Áreas prioritárias para conservação	Vetorial	IEMA

Quadro 2 - Planos de Informações obtidos em fontes secundárias

Título	Tipo	Instituição
Corpos d'água	Vetorial	IEMA
Fitofisionomia da Mata Atlântica	Vetorial	IEMA
Localidades	Vetorial	IEMA
RPPNs	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Estaduais	Vetorial	IEMA
Unidades de Conservação Federais	Vetorial	IEMA
Ortofotos	Matricial	IEMA
Comunidades	Vetorial	IJSN
Área Efetivamente Urbanizada	Vetorial	IJSN
Trecho Ferroviário	Vetorial	IJSN
Eixo Rodoviário	Vetorial	IJSN
Arruamento	Vetorial	IJSN
Cemitérios	Vetorial	IJSN
Edificação de Ensino	Vetorial	IJSN
Edificação de Saúde	Vetorial	IJSN
Edificação de Segurança	Vetorial	IJSN
Edificação de Social	Vetorial	IJSN
Limite de Distrito	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Limite Macrorregião	Vetorial	IJSN
Limite Microrregião	Vetorial	IJSN
Geomorfologia ES	Vetorial	IJSN
Terras Indígenas	Vetorial	FUNAI
Áreas Quilombolas	Vetorial	INCRA
Localização dos PCAPS	Vetorial	PETROBRAS
Gasodutos ES	Vetorial	PETROBRAS

Fonte: Redes de Cidadania

Considerando também que os PIs possuem datas de elaboração diferentes e que, muitas vezes, as informações contidas nestes encontram-se desatualizadas, fez-se necessária a revisão de PIs estratégicos para o entendimento dos aspectos físicos, culturais e construtivos das comunidades pesqueiras, no que corresponde à finalidade deste projeto. Além disso, algumas informações de relevância, como os locais de embarque pesqueiro, geolocalização das associações e das casas de pescadores, dentre outras, não constam nos PIs institucionais. Nestes casos, as informações foram obtidas diretamente em campo.

Para a obtenção dos dados georreferenciados em campo, foi utilizado um GPS com o qual pode-se inserir pontos, linhas e polígonos a partir de sua localização atual, dentro de uma base georreferenciada, exportando-os em formato compatível com o Sistema de Informações Geográficas-SIG. Os dados de campo

foram exportados em formato padrão de GPS-GPX e convertido para *shapefile* com o uso do software QGIS 3.4.9. O software utilizado para o manuseio e edição dos PIs em formato *shapefile*, assim como para a elaboração dos mapas até a etapa atual da pesquisa, foi o ArcGIS 10.7-ESRI.

A tabela de atributos associada a cada PI foi criada contendo algumas informações básicas, como o nome da feição, localidade e município em que se encontra, além de observações gerais que possam detalhar melhor a informação e as coordenadas X e Y de cada feição. Os PIs foram padronizados e modificados no sistema de coordenadas Universal Transversa de Mercator-UTM, no fuso 24 K e o *datum* horizontal utilizado foi o SIRGAS 2000 - atual sistema geodésico de referência utilizado no Brasil desde 25 de fevereiro de 2015, segundo o IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os procedimentos aqui apresentados tornaram-se uma base para o manuseio de todas as informações geoespaciais utilizadas no diagnóstico, assim como para a elaboração dos mapas-produtos.

No que diz respeito à análise das questões relacionadas ao uso e ocupação do solo e às questões socioambientais, são recolhidos os dados referentes à região de estudo junto aos órgãos competentes, como o IBGE, o IJSN, as prefeituras municipais, além de outros órgãos que operam com os SIGs. Os dados recolhidos nesta etapa abrangem informações acerca de leis urbanísticas vigentes para a localidade e informações georreferenciadas referentes às mesmas, bem como arquivos em *shapefiles-shp* com dados de perímetro urbano, perfil e hierarquia viária, áreas de risco - inundação, desmoronamento, etc. - equipamentos urbanos, divisão de lotes, bairros, quadras, dentre outros.

Em sequência, ainda nesta etapa, são efetuados levantamentos de campo com a finalidade de se investigar, *in loco*, especificidades, tais como: padrão fundiário - análise preliminar de acordo com os mapas cadastrais obtidos; predominância de tipologias das edificações; caracterização de uso e ocupação do solo; concentrações de atividades, áreas de segregação urbana; além de aspectos que podem ser levantados de forma exclusivamente presencial, como as condições de urbanidade, paisagem urbana, acessibilidade e sensações

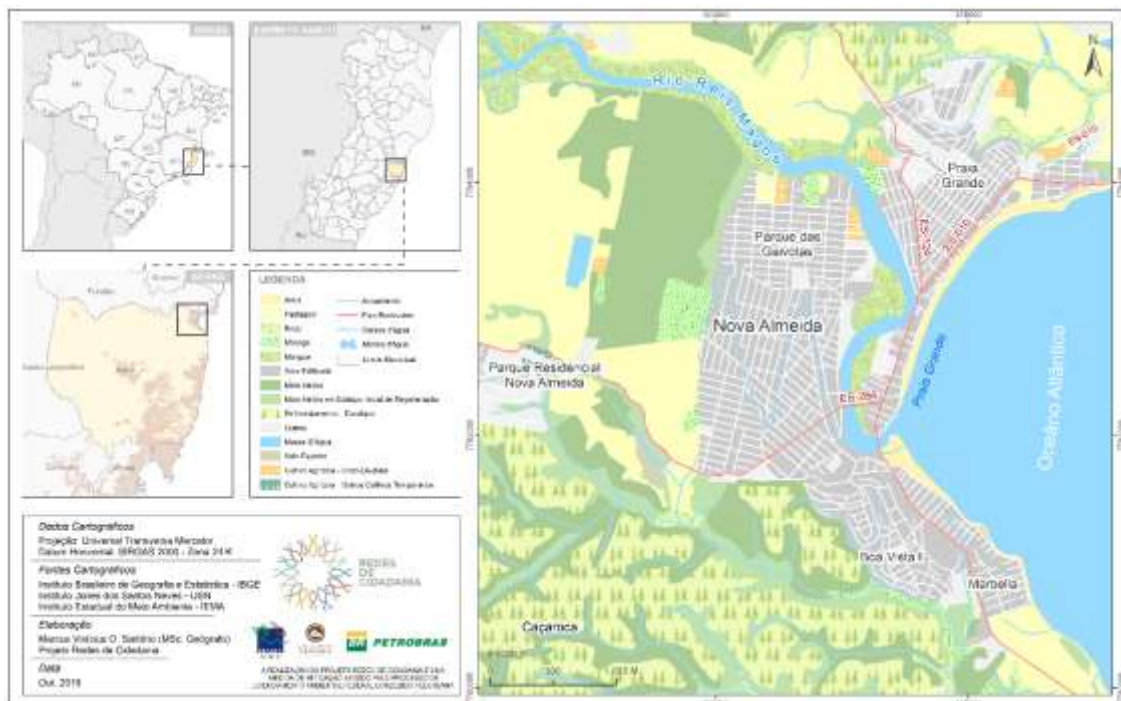
urbanas, tais como segurança, movimentação, abandono, entre outras. Durante as visitas in loco foram efetuados registros fotográficos que evidenciam os dados analisados, os quais são apresentados no decurso do diagnóstico.

III CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE PESQUEIRA

III.1 Localização e acesso à comunidade

A comunidade de pescadores de Nova Almeida está localizada na porção nordeste do município de Serra, entre as coordenadas X: 373476 e 376764 – Y: 7784354 e 7780568 e possui uma área aproximada de 3,8 km². A comunidade faz fronteira com o bairro Praia Grande, pertencente ao município de Fundão.

Figura 1 - Mapa de localização e uso do solo da comunidade de Nova Almeida, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

O limite entre os dois municípios segue o leito do rio Fundão que margeia a parte norte e leste da comunidade e desagua no oceano Atlântico. Estes dois bairros de Serra e de Fundão são ligados por duas pontes: a Ponte Flodoaldo Borges Miguel, mais a sul, e uma ponte de madeira mais recente, feita para passagem de pedestres mais a montante do rio. A sul e a oeste da comunidade encontram-

se extensas áreas de plantações de eucaliptos nos topos dos terraços - Figura 1.

Figura 2 Imagem aérea da comunidade de Nova Almeida com destaque para o rio Reis Magos



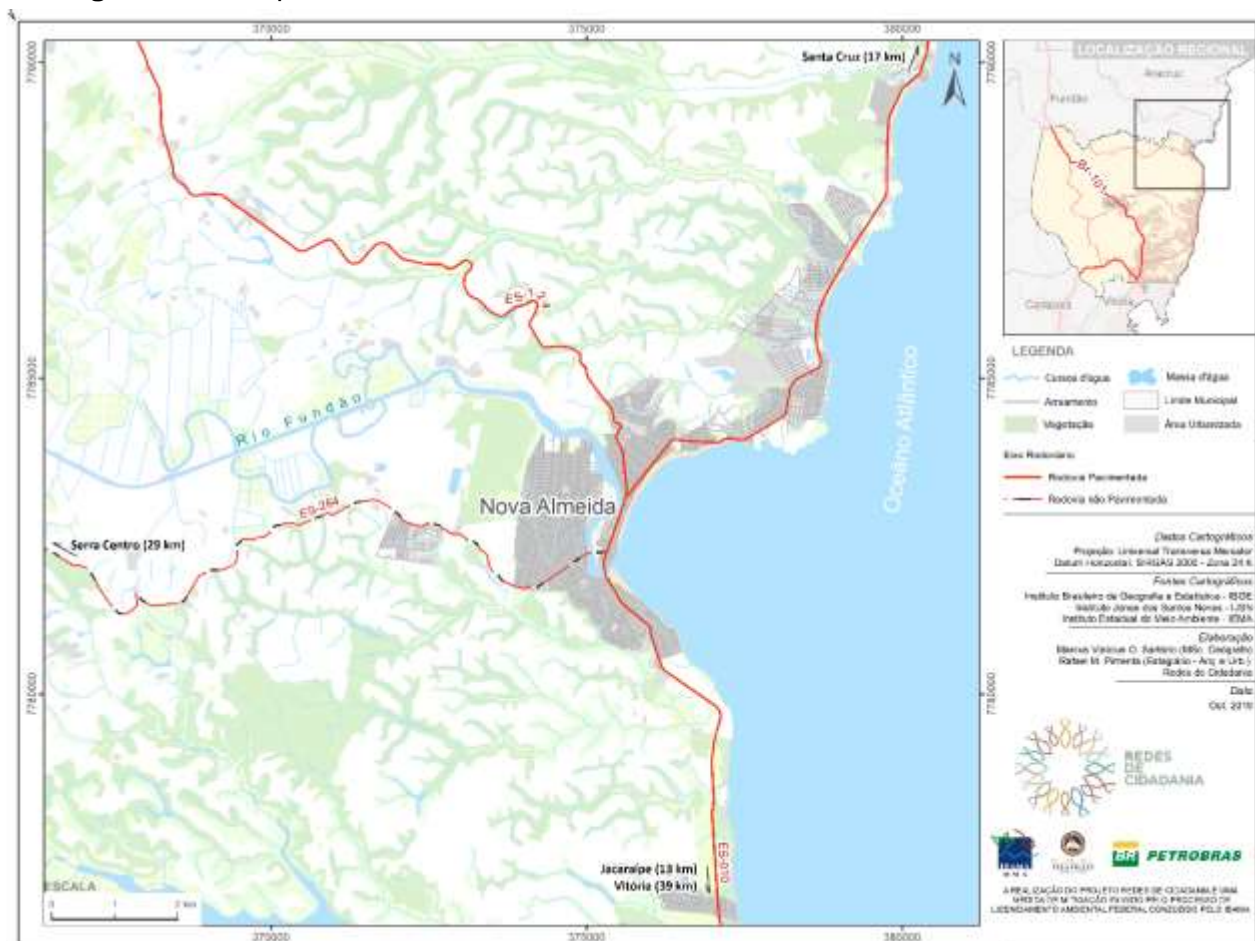
Fonte: Redes de Cidadania

A comunidade localiza-se sobre uma estreita planície de deposição do rio Reis Magos próximo à sua foz, limitada por falésias da formação Barreiras, com altitudes mais elevadas em relação às planícies. O litoral da comunidade forma uma enseada numa planície de crista de praia estreita e abrigada sob efeito de transposição de ondas, predominantemente deslizantes, sobre as dunas frontais (ALBINO et al., 2006). O rio aparece como um importante elemento de destaque

na paisagem, assim como a construção histórica da igreja dos Reis Magos, situada sobre uma colina - Figura 2.

O acesso à comunidade se dá pela rodovia estadual ES-010 que segue o litoral do município de Serra em sentido norte-sul, paralela à linha de costa - Figura 3. A comunidade localiza-se a 39 km da capital e a 29 km de Serra Centro, através da rodovia estadual ES-264. Também é possível acessar a comunidade pela via marinha adentrando a enseada e pelo rio Reis Magos, onde embarcações de menor calado trafegam.

Figura 3 - Principais rodovias e acessos à comunidade de Nova Almeida, Serra



Fonte: Redes de Cidadania

III.2 Instituições representativas da pesca

A comunidade pesqueira de Nova Almeida é representada, em sua instância local, pela Associação de Pescadores Profissionais e Amadores de Nova

Almeida–APPANA. O ano de abertura da associação é 1999 e, por ocasião da pesquisa de campo realizada no ano de 2019, a citada instituição encontrava-se sem presidente. Esta associação, além dos pescadores de Nova Almeida, agrega também pescadores que moram em Praia Grande/Fundão.

A comunidade é representada regionalmente pela Colônia Z–11 – Colônia do Município de Serra, sob a presidência da Sra. Denise Pereira dos Santos. A Colônia foi criada no ano de 2005, após mobilização das associações de pescadores de Nova Almeida e Jacaraípe.

III.3 Locais de embarque e desembarque pesqueiro

As embarcações de Nova Almeida ficam atracadas em dois pontos da comunidade. Ao sul, onde se inicia a abertura da enseada, os barcos de menor porte, como baeteras ficam atracadas no litoral, próximo à casa dos pescadores em estacas fincadas na areia - Figura 4. Devido à baixa profundidade do substrato, quando a maré desce, as embarcações ficam encalhadas na areia.

Figura 4 – Barcos atracados no litoral sul da comunidade de Nova Almeida - Serra



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

As embarcações de maior calado são atracadas em *piers* ao longo da margem direita do rio Reis Magos, próximos às peixarias. Os *piers* da comunidade

configuram-se em estruturas simples, feitos de madeira, de modo rudimentar. Em sua maioria possuem espaço para apenas uma embarcação - Figura 5.

Figura 5 – Barcos atracados na margem direita do rio Reis Magos em Nova Almeida - Serra



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV CARACTERIZAÇÃO DA PESCA

A comunidade de Nova Almeida possui um total de 300 pescadores associados, porém, em entrevista com a presidente da Colônia de Pescadores do município de Serra, essa destacou que esse quantitativo não está atualizado, pois há muitos pescadores inativos e falecidos que ainda estão cadastrados.

A pesca é realizada por embarcações de pequeno e grande porte, que variam entre 6 e 14 metros de comprimento, que podem ser caracterizadas em três tipos: bateiras¹, barcos com casaria e barco tipo boca aberta. A quantidade de embarcações presentes no ano de 2009 era de 64 barcos, sendo 4 bateiras, 20 do tipo boca aberta e 40 barcos com casaria (PETROBRAS, 2010).

¹ O termo Bateira é usual entre os pescadores artesanais do litoral centro-norte capixaba, com pronúncias distintas, a depender da localidade. Baeteira, baiteira, batera e baetera são outras formas de pronúncia do termo que podem ocorrer. Neste relatório o termo será genericamente utilizado como "bateira".

A pesca realizada na comunidade é por meio de arrastão, linha de mão e rede de fundo ou espera, espinhel de fundo e de superfície, balão de arrasto e arrasto de praia. Os peixes capturados são comercializados na própria comunidade em peixarias e em barcas às margens do rio Fundão, pelos “mascates”², em peixaria de uso coletivo na Praça dos Pescadores e para atravessadores de Vitória - Figura 6 e Figura 7. Os principais peixes pescados são corvina, pescada, pescadinha, badejo, pargo, baiacu, cação, camarão, chicharro, dourado, garoupa, robalo e corvina.

Figura 6 - Bancas da comercialização de pescados - mascates



Fonte: acervo Redes de Cidadania

² Mascates: profissionais que vendiam suas mercadorias próprias ao longo de seu trajeto, se dirigindo às casas dos clientes para oferecer-lhes seus produtos (CASTILHO, 2005, *apud* XAVIER et al, 2012, p. 44).

Figura 7 - Peixaria da Praça do Pescador

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.1 Áreas de atuação da atividade pesqueira

As áreas de pesca da comunidade de Nova Almeida podem ser subdivididas em três, nas quais atuam as embarcações com mais de 8 metros, que pescam de espinhel e de linha de mão; barcos menores que medem 8 metros e utilizam pesca de linha, arrasto de fundo e rede de espera; e as bateiras, que pescam com rede de espera e arrasto de praia.

Os barcos motorizados com menos de 8 metros pescam entre Vitória e a foz do Rio Doce – Linhares, entre as profundidades de 10 e 200 metros. As embarcações motorizadas com mais de 8 metros pescam entre as profundidades de 20 e 1000 metros, entre Vitória e Belomonte – Bahia. As bateiras pescam na foz do rio Reis Magos, nas áreas mais próximas da costa.

IV.2 Carreira da pesca

Em entrevistas e observações diretas realizadas na comunidade, pode-se observar que há diferentes modos locais de classificar o pescador. No caso de Nova Almeida há os pescadores de bateiras e os de barcos de convés e casaria.

Os pescadores de bateiras pescam de modo mais rudimentar e em uma quantidade que lhes permite a venda direta do pescado para moradores da comunidade e veranistas que passam pela região. As bateiras são movidas a remo e a pescaria ocorre, geralmente, em dupla. O período mais importante para este grupo é o verão, em que ocorre a pesca da espécie conhecida no local por “Maria de Araújo”, que seria um tipo de pescadinha. A pesca desse pescado ocorre no arrasto de praia, cuja rede pertence, geralmente, a apenas um pescador. Este obtém a maior parte por ser o dono do material de pesca. Os demais pescadores envolvidos são os marinheiros, o mestre e os puxadores de redes. Todos tiram uma parcela, porém, o marinheiro e o mestre recebem uma parte maior do que a dos puxadores, que na maioria das situações observadas, são os próprios veranistas que participam.

Os pescadores das embarcações de convés e casaria podem ser subdivididos em mestre, cozinheiro e gelador. O mestre possui maiores conhecimentos sobre as marés e pesqueiros, enquanto o cozinheiro fica responsável por preparar o rancho de toda a tripulação. O gelador tem como função cuidar da conservação do pescado para que chegue íntegro a seu destino. A ele cabe vigiar a temperatura do pescado, observar a quantidade de gelo e avaliar se a embarcação possui gelo suficiente para manter o pescado seguro. Em embarcações maiores pode haver mais tripulantes, para auxiliar em outros processos no interior da embarcação, como a “cata”, que é a retirada da espécie capturada da fauna acompanhante, em caso de pesca de arrasto.

Em relatos obtidos na comunidade observou-se que a carreira da pesca depende de fatores relacionados às relações de familiaridade e compadrio. Os pescadores mais jovens acionam os pescadores mais velhos como sendo seus mestres, posição altamente valorizada no contexto. O mestre da embarcação é aquele que detém conhecimento das marés e das principais áreas de pesca – os “pesqueiros”. O conhecimento sobre os pesqueiros é repassado após o estabelecimento de uma relação de confiança entre o mestre e alguns membros específicos da tripulação.

A relação de trabalho ocorre em um sistema de parceria, no qual o valor arrecadado com a venda do pescado é dividido em partes diferentes para o pagamento dos envolvidos na pescaria, segundo suas atribuições. Após o pagamento das despesas do barco, o restante é dividido entre toda a tripulação. O maior valor arrecadado fica para o proprietário da embarcação. As outras partes restantes são distribuídas em valores diferenciados, de acordo com a função, para os outros trabalhadores.

IV.3 Características das embarcações

As embarcações presentes na comunidade de Nova Almeida podem ser classificadas qualitativamente em 3 tipos: barco de casaria e convés maior de 8 metros; barcos de casaria e convés menor que 8 metros; e bateiras, menor que 7 metros.

A embarcação de porte médio com convés e casaria mede mais que 8 metros de comprimento, comporta entre 3 e 5 tripulantes e dispõe de propulsão por motor de centro - Figura 8 e Figura 9. Este tipo de embarcação tem maior capacidade de navegação em virtude do porte e dos seus equipamentos. Além do motor de centro há ainda equipamento de navegação por GPS que possibilita a marcação precisa de locais de pesca e navegação. Uma vez registrado no equipamento basta o pescador ativar o modo de navegação e seguir pela rota indicada.

O barco pequeno comporta dois tripulantes, o mestre e o marinheiro e não dispõe de equipamentos de navegação ou de propulsão - Figura 10. A força despendida é manual e a navegação e a pesca são feitas com base na experiência do mestre. Este possui um sistema de referência dos pesqueiros a partir de um método de triangulação que associa dois pontos de referência em terra com a posição em que a embarcação se encontra no mar. Trata-se de uma cartografia mental que os pescadores mais experientes dispõem.

Figura 8 – Embarcações maiores com casaria e convés



Fonte: Acervo Redes de Cidadania

Figura 9 – Barco médio à esquerda e bateira à direita



Fonte: acervo Redes de Cidadania

Figura 10 – Bateira tipo Caíque

Fonte: Acervo Redes de Cidadania

IV.4 Técnicas e petrechos de pesca

Os principais petrechos e técnicas de pesca na comunidade são: rede de espera, linha de mão, espinhel de fundo e de superfície, balão de arrasto e arrasto de praia. A rede de espera captura, geralmente, peixes que passam em cardumes e caem nas redes posicionadas em áreas já conhecidas pelos pescadores.

No caso da pesca de linha, os pescadores utilizam náilon fino ou mais grosso – dependendo da espécie que será pescada – ou anzóis – entre 5 e 15 por linha – técnica denominada “pargueira”. A linha possibilita ao pescador acessar áreas mais profundas não alcançadas pelas redes de espera e as iscas mais comuns dessa pescaria são camarão e lula.

O espinhel fica à deriva, sujeito a correntes marítimas e ventos e é formado por uma linha principal – linha madre – e linhas secundárias – alças – e anzóis. Nas duas extremidades do petrecho são colocadas boias para facilitar a sua localização.

O arrasto de praia é uma técnica que utiliza rede de tamanho variado e depende de pescadores em terra e uma embarcação no mar. Esta é responsável por colocar o equipamento no mar para que os pescadores possam puxá-lo posteriormente.

O arrasto de balão ocorre nas áreas mais próximas do litoral, pois a espécie pescada por esta embarcação, o camarão sete barbas, não é uma espécie que fica muito afastada do litoral. Para a pesca do camarão, a embarcação é equipada com guinchos, que funcionam como dois braços abertos, nos quais ficam presos os balões utilizados na captura do pescado. Este tipo de pesca é reconhecido, nas representações locais, como mais agressiva ao ambiente marinho, pois a rede utilizada possui uma malha fina que acaba capturando outras espécies que ainda não estão prontas para captura, ou mesmo, estão em período de defeso. Para içar o balão algumas embarcações já possuem um sistema de carretéis ligados ao motor, que fazem todo o trabalho pesado, sob a orientação dos pescadores. A utilização destes equipamentos está reduzindo a necessidade de mão de obra nas embarcações.

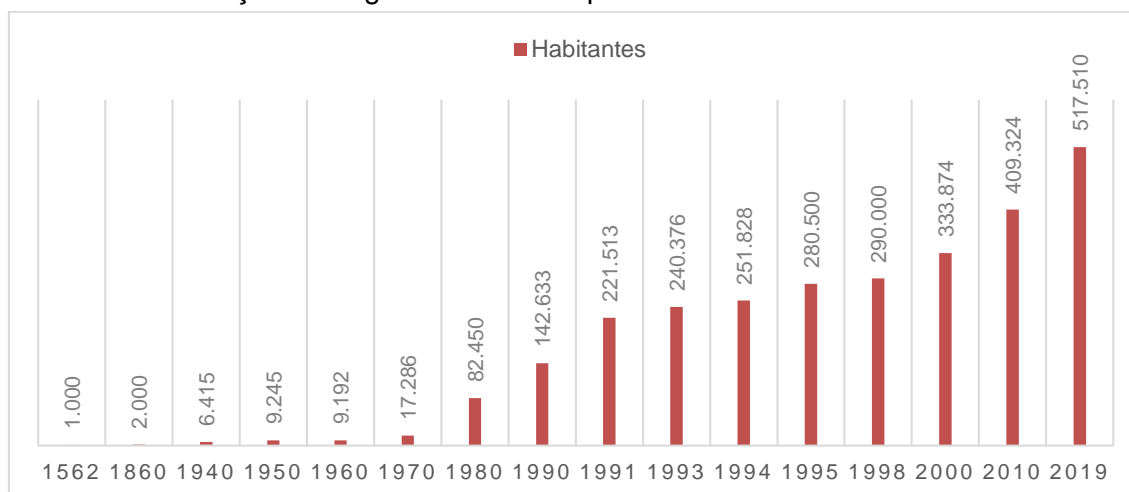
V ASPECTOS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E URBANOS

V.1 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

Segundo o censo de 2010 (IBGE), a população do município de Serra é de 409.267 habitantes, apresentando uma população estimada de 517.510 habitantes no ano de 2019 - Gráfico 1. A densidade demográfica do município é de 741,85 hab/km². Em comparação com Vitória, que teve população estimada em 362.097 habitantes no ano de 2019 e densidade demográfica de 3.338 hab/km², o município de Serra é menos adensado. Entretanto, se colocada em comparação com Guarapari, município com área similar, e densidade demográfica de 177,10 hab/km², Serra é mais adensado (IBGE, 2019).

Ainda segundo o censo, a população do bairro Enseada Monazítica, no ano de 2010, era de 1.694 habitantes. Já a população do bairro Parque Jacaraípe é de 3.333 habitantes, totalizando 4.027 habitantes próximos à área de estudo. O índice de habitantes por unidade familiar é de 3 pessoas.

Gráfico 1 - Evolução demográfica do Município de Serra



Fonte: Redes de Cidadania a partir de Borges, 2003; IBGE, 2019.

Por meio de uma linha histórica do crescimento populacional, podemos perceber a evolução demográfica do município, bem como apreender as dimensões de sua evolução urbana.

V.2 Histórico de formação e evolução urbana/territorial

Antes da colonização, a comunidade possuía os nomes Nhupãgoa e Apiaputanga. Nhupãgoa é uma palavra derivada de “Nhu”, prado, terreno com vegetação rasteira e “paga”, ribeirão ou riacho, na língua Bororó. Em tradução livre o nome seria riacho em terreno de vegetação rasteira. Apiaputanga era o antigo nome do rio Reis Magos. A palavra deriva de “apia”, homem pintado e “putanga”, derivada de pitanga, vermelho. Em tradução livre seria homem pintado de vermelho (BORGES, 2003).

No ano de 1557, foi construída na região a capela Reis Magos pelo padre jesuíta Braz de Lourenço e o povoamento se deu no ano de 1569, pelo padre José de

Anchieta (BORGES, 2003). Na ocasião o nome da localidade era Aldeamento de Reis Magos, pois foi criado com a finalidade de aldear povos indígenas da região. Antes de ser um bairro de Serra foi comarca e sede do município de Fundão.

Em meados do século XVIII, mais especificamente na década de 1760, os portugueses extinguiram o Aldeamento dos Reis Magos e criaram a Vila Nova, que depois ficou conhecida como Nova Almeida. Desde a chegada dos Jesuítas os elementos materiais e imateriais da cultura tupi, presentes na região, começaram a ser extintos e no mesmo período em que é criada a Vila Nova, torna-se proibido o uso da língua tupi na região, sob pena de prisão para quem descumprisse o decreto (BORGES, 2003).

Ainda na década de 1760, o então governador determinou que todos os cargos públicos, desde vereadores juízes ordinários, procuradores e porteiros, fossem ocupados por indígenas. Contudo devido à baixa alfabetização entre os nativos, a coroa portuguesa impediu tal ordem, voltando o domínio aos portugueses que ali residiam. O nome Nova Almeida surgiu após a expulsão dos jesuítas pela coroa portuguesa em 1757. Em 1860, o imperador Dom Pedro II visitou a então Vila de Nova Almeida, período da inauguração do primeiro cemitério da vila (ROCHA, 2008).

A ponte de madeira, que liga a localidade ao litoral norte do estado, foi inaugurada em 15 de maio de 1933. Essa infraestrutura trouxe fortes mudanças para a centralidade econômica e logística que regiões litorâneas como Santa Cruz e Nova Almeida tinham. Apesar de Nova Almeida perder sua força econômica, o crescimento urbano tornou-se um pouco mais acelerado na região, visto que em 1939, Nova Almeida passa a pertencer ao distrito da Serra.

À época, a localidade contava com infraestrutura básica precária, com falta de pavimentação, drenagem pluvial e tratamento de água. Com a intensificação da industrialização da região metropolitana, na segunda metade do século XX, o município da Serra sofreu transformações de escala urbana proveniente da instalação de conglomerados industriais da cadeia de exploração do metal advindos da instalação da Companhia Vale do Rio Doce–CVRD. Dessa forma,

Nova Almeida é afetada pelo ritmo imposto à região, apresentando um pequeno crescimento demográfico.

A partir de 1950, o bairro manteve sua malha urbana até meados da década de 1990, quando moradores deram início a reivindicações tendo em vista a decadência comercial de Nova Almeida, que perdera centralidade econômica e logística. As solicitações eram por novos empreendimentos imobiliários que permitissem a expansão do local (A TRIBUNA, 1999).

Ainda, no que se refere à expansão urbana da região, percebe-se que Nova Almeida apresentou seu período de maior crescimento da mancha urbana posteriormente aos anos 2000. O bairro apresentou grande crescimento a partir da implantação de loteamentos residenciais, os quais se tornaram bairros. As imagens aéreas das Figuras 11 a 16 mostram a evolução da região.

Figura 11 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 1990



Fonte: Google 2020.

Figura 12 - Mancha urbana de nova Almeida no ano de 2005



Fonte: Google 2020.

Figura 13 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2010



Fonte: Google 2020.

Figura 14 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2010



Fonte: Google 2020.

Figura 15 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2015.



Fonte: Google 2020.

Figura 16 - Mancha urbana de Nova Almeida no ano de 2020

Fonte: Google 2020.

No que se refere à ocupação urbana, o bairro de Nova Almeida ainda apresenta quantidade considerável de lotes desocupados. Quanto ao padrão das edificações, este é predominantemente regular, sendo majoritariamente construídas em alvenaria com coberturas de telha colonial. Percebe-se a existência de residências multifamiliares de até 4 pavimentos nas áreas mais consolidadas. Nas demais áreas, como a região de Gaivotas, existe maior predominância de residências unifamiliares de até 2 pavimentos.

V.3 Principais conflitos de uso e ocupação do solo relacionados a atividade pesqueira

Devido à dimensão extensa do bairro é necessário maior aprofundamento nos estudos para identificação dos problemas urbanos relacionados à comunidade pesqueira. Existe uma dificuldade em encontrar as regiões de concentração de residência de pescadores, bem como certa resistência, por parte dos mesmos, em passar informações durante as entrevistas.

V.4 Principais conflitos socioambientais relacionados a atividade pesqueira

A vegetação de manguezal e restinga ao longo do rio Reis Magos deu lugar à área urbana que se desenvolveu sobre suas duas margens, restando alguns pequenos trechos isolados que ainda são mantidos. Outro problema de caráter ambiental encontrado na comunidade é o assoreamento do rio, que possivelmente foi gerado pela retificação do baixo curso do mesmo a 5,7km da sua foz. O assoreamento é causado pelo acúmulo de sedimentos no baixo curso do rio devido à erosão marginal e deposição no leito.

Em campo, foi identificado que parte das dificuldades enfrentadas pelos pescadores que possuem barcos maiores é o acesso ao cais em períodos de maré baixa. Tal fato é associado por eles ao assoreamento do leito do rio. A confirmação de tal ocorrência é observada no estudo de Silva, Machado e Almeida (2010) que realizaram um levantamento dos processos erosivos no litoral de Nova Almeida e Praia Grande.

A foz do rio Reis Magos, onde localiza-se a comunidade de pesca de Nova Almeida configura-se como uma área de situação frágil, tendo em vista a urbanização que se desenvolveu ao longo da margem do baixo curso do rio, assim como a presença de fazendas com pastagem. Parte do estuário também foi aterrada para fins paisagísticos e de lazer, o que gera intensificação do processo erosivo das margens do rio, atingindo edificações e estradas (SILVA; MACHADO; ALMEIDA, 2010).

Também foi observado um processo erosivo no litoral sul da comunidade, onde barreiras estão sendo construídas para proteger as casas do litoral do avanço do mar - Figura 17. Registros foram feitos pelos pescadores durante frentes-frias, quando ocorreu maior avanço das ondas, destruindo o calçamento e parte das edificações.

Figura 17 – Estrutura de contenção na praia de Nova Almeida - Serra

Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

VI ASPECTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE

VI.1 Caracterização sociocultural

A comunidade, portanto, tornou-se uma importante centralidade por possuir uma longa história de ocupação e ter, de algum modo, sido um ponto estratégico do próprio município de Fundão, do qual era sede.

Em relação à atividade pesqueira esta é muito presente no local que possui a barra do rio Reis Magos e favorece o acesso das embarcações ao mar, sendo, portanto, uma comunidade de pescadores não somente de Nova Almeida, como também do município de Fundão.

Além da pesca a comunidade acaba sendo um polo comercial da região. Em trabalhos realizados com pescadores de Santa Cruz foi relatado que alguns alimentos para o rancho das embarcações são comprados no bairro de Nova Almeida. Há ainda um grande apelo turístico na comunidade em virtude dos patrimônios arquitetônicos, culturais e pela balneabilidade das praias.

A comunidade tem uma diversificação muito grande em relação às suas atividades culturais. As principais são: a festa de Reis Magos, no dia 6 de janeiro; a festa de São Benedito, no dia 4 de abril; a festa de São Sebastião, nos dias 19 e 20 de janeiro; a festa de São Pedro, no dia 29 de junho e as quadrilhas, que ocorrem entre os meses de junho e agosto.

VI.2 Principais Patrimônios culturais

Com relação aos patrimônios culturais, a comunidade dispõe de materiais e imateriais. Dentre os patrimônios materiais pode-se destacar a igreja dos Reis Magos. Em relação aos patrimônios imateriais cabe destaque a Banda de Congo, a Folia de Reis, o Quindim de Nova Almeida e a antiga procissão de barcos das festas de São Benedito e São Sebastião.

A igreja dos Reis Magos foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional - IPHAM e é uma obra que remarca o estilo arquitetônico jesuíta, que se assemelha a outras construções jesuíticas no país. A arquitetura é rústica, em uma planta quadrangular, composta de Nave, Capela Mor e Sacristia. As paredes são feitas de pedras, com argamassa de barro, areia, cal de conchas e óleo de baleia. A igreja possui uma das peças mais importantes para a arte sacra brasileira que é o quadro dos Reis Magos pintado por Frei Belchior Paulo, que é considerado o primeiro trabalho de pintura a óleo feito no Brasil (BORGES, 2003).

A Banda de Congo é outro elemento importante da cultura material e imaterial da comunidade. A banda é composta por tambores, casacas, pandeiros e os integrantes da banda usam vestimentas específicas, sobretudo em dias festivos. As melodias cantadas são composições regionais e tratam de aspectos do dia a dia dos componentes. Os homens se vestem de calça, camisa e calçado fechado. O mestre da banda, além dos itens de vestimenta citados, usa um chapéu de capitão, bastão e apito para fazer a marcação. As mulheres utilizam vestidos rendados de rainhas e princesas, nas cores a azul e branco. A banda

de congo acompanha o cortejo da Folia de Reis no dia dos Reis Magos, 6 de Janeiro, principal atração da comunidade.

Figura 18 – Igreja dos Reis Magos em Nova Almeida - Serra



Fonte: Acervo Redes de Cidadania.

Outro elemento marcante na cultura da comunidade é a presença do Quindim, doce muito comum em regiões de colonização portuguesa. De acordo com relatos na comunidade há apenas uma família fabricando o doce para a venda. Segundo informações obtidas, ele era fabricado pelo Sr. Theobaldo Francisco das Chagas. Após o seu falecimento a receita continuou sendo feita por sua sobrinha Natália Riviera e seu sobrinho-neto Vítor. Os ingredientes utilizados na fabricação do doce são: ovo, açúcar e coco.

Uma prática que hoje não se faz mais presente na comunidade é a procissão de barcos nas festas de São Sebastião e São Benedito. Segundo relatos, o mastro que era fincado em frente à igreja dos Reis Magos, era transportado por meio de embarcações. Com o passar do tempo o local foi sofrendo alterações na sua morfologia e passou-se a introduzir veículos terrestres e motorizados na procissão. Hoje o mastro é carregado na carroceria de um caminhão.

VII RELAÇÕES SOCIOPOLÍTICAS DA COMUNIDADE PESQUEIRA

A organização social, sob a perspectiva antropológica, leva em consideração o modo como o grupo se organiza a partir de relações baseadas em sexo/gênero, idade, parentesco, relações de trabalho, atividades recreativas e crenças (FIRTH, 1974). Os aspectos mencionados são importantes na constituição de um sistema de valores que definem padrões de comportamento a serem observados pelos membros. Este direcionamento teórico metodológico é importante para que se possa compreender os diferentes aspectos que tornam a comunidade pesqueira de Nova Almeida organizada e quais elementos, internos e externos a ela, representam rupturas.

A comunidade de Nova Almeida, na ocasião da visita de campo realizada no ano de 2019, encontrava-se sem presidente na associação de pescadores. Em virtude de um problema pessoal na família do presidente eleito, ele precisou se afastar da comunidade e das atividades da associação. Em conversa com pescadores da comunidade pode-se notar que o citado presidente tem uma reputação positiva na comunidade e os pescadores estavam tendo dificuldades de encontrar outro que ocupasse o cargo com a mesma disposição dele.

Em entrevistas realizadas com pescadores mais influentes, pode-se notar que há muita resistência da comunidade em relação aos projetos realizados pela Petrobras, pois, segundo informações coletadas, a empresa, além de prejudicar o setor pesqueiro com as suas atividades em terra e no mar, privilegiou apenas a comunidade de Jacaraípe na implantação de projetos de compensação da atividade pesqueira.

Em trabalho de levantamento de lideranças na comunidade, foram realizadas entrevistas e reuniões. As reuniões realizadas no local identificaram lideranças por meio de convocação entre os que estavam presentes. Nas entrevistas foram identificados como potenciais líderes os pescadores que são mais expressivos pela relação com a pesca e com a população local. Após este levantamento, foi proposto que algumas novas lideranças fossem inseridas nos Grupos de Ação Cidadã-GACs, complementando as que já haviam sido selecionadas. Segue abaixo o quadro das lideranças levantadas:

- Liderança comunitária formal:
 - *Aparecido José de Oliveira (associação de moradores);*
 - *Joaquim da peixaria (ex-presidente da associação de pescadores).*

- Lideranças comunitárias informais:
 - *Rodrigo (pescador);*

- Lideranças femininas:
 - *Denise (presidente da colônia de pescadores);*
 - *Renata (familiar de pescador);*
 - *Marcela Soares Christo (familiar de pescador);*
 - *Eliane Maria Pinto (familiar de pescador).*

- Lideranças jovens:
 - *Wanderson (pescador).*

VIII REFERÊNCIAS

A TRIBUNA. Pesca Está Ameaçada em Nova Almeida. Cidades. Vitória, 3 de fevereiro 1999. P.5.

ALBINO, J.; GIRARDI, G.; NASCIMENTO, K. A. Erosão e progradação do litoral brasileiro. **Ministério do Meio Ambiente**, p. 227-265, 2006.

BARRETO FILHO, H. T. **Populações tradicionais**: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. In: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP; Annablume. p.109-143, 2006.

BECKER. Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: HUCITEC, 1997.

BORGES, Clério José. **História da Serra**. CJ Borges, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. São Paulo: Vozes, 2003.

CALLEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G.; BRUNO, A. C. dos S. **Povos e comunidades tradicionais: das áreas protegidas à visibilidade política de grupos sociais portadores de identidade étnica e coletiva**. Ambient. soc. [online]. 2014, vol.17, n.3, pp.115-134.

CAMPOS, Marília Andrade Torales; MORAIS, Josmaria Lopes de; VIEIRA, Solange Reiguel. **Técnicas participativas em um processo de construção coletiva de uma ferramenta para a educação ambiental**. Revista Educação Ambiental em Ação. Número 56, Ano XV. Junho-Agosto/2016, s/p. Disponível em <http://revistaea.org/artigo.php?idartigo=2353>. Acesso em 26/05/2020.

DELORY-MOMBERGER, Christine. Abordagens metodológicas na pesquisa biográfica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 17, n. 51, set/dez. 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; NUPAUB, 2004.

_____. **Povos e Mares**: leituras em sócio antropologia marítima, Nupaub, São Paulo, 1995.

_____. Repensando e recriando as formas de apropriação comum dos espaços e recursos naturais. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques. (orgs.) **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 1996.

FIRTH, Raymond. **Elementos da organização social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

FITZ, Paulo Roberto. **Geoprocessamento sem complicação**. Oficina de textos, 2008.

FLICK, Uwe. Triangulation in Qualitative Research. In. FLICK, Uwe; KARDORFF Ernst von; STEINKE, Ines (eds.), **A Companion to Qualitative Research**. Sage: Londres, 2005. pp. 178-183.

FOX, Jefferson. et al. O Poder de Mapear: efeitos paradoxais das tecnologias de informação espacial. In: ACSELRAD, Henri. **Cartografias Sociais e Território**, IPPUR. Rio de Janeiro, 2008.

GATTI, Bernardete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livro, 2005.

GARFINKEL, H. **Studies in ethnomethodology**. 2. ed. Londres: Routledge Press. Portuguese translation by Editora Vozes, 2018 [1967].

GIUMBELLI, Emerson. Para além do "trabalho de campo": reflexões supostamente malinowskianas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. [online]., vol. 17, no. 48. 2002

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vertice, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Arquivos Shapefile**. Espírito Santo, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/downloads-geociencias.html>>. Acesso em: 12 de mar. de 2019.

_____. **IBGE Cidades**. Município de Serra. Dados populacionais. Website. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/serra/panorama>>. Acesso em: Abr 2019.

INGOLD, Tim. **Evolutionary Models in the Social Sciences**. Cultural Dynamics, 4, p. 355-378, 1991.

_____. A evolução da sociedade. In: FABIAN, Andrew C. (org.). **Evolução: sociedade ciência e universo**. Bauru: EDUSC. pp. 107-131, 2003.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernanrdo. Premissas teóricas para uma educação ambiental transformadora. **Revista Ambiente e Educação**, Rio Grande, v.8, n.1, p.37-54, Jan./Jun. 2004.

_____. (org.) **A questão ambiental no pensamento crítico: natureza, trabalho e educação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2007.

_____. Educação ambiental e educação para o desenvolvimento sustentável: polêmicas, aproximações e desafios. In: LOUREIRO, Carlos Frederico B. e LAMOSA, Rodrigo. **Educação ambiental no contexto escolar: um balanço crítico da década da educação para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Quartet; CNPq, 2015.

PETROBRAS E & P. **EIA para a Atividade de Pesquisa Sísmica Marítima 4D nas Áreas dos Campos de Golfinho, Canapu, Camarupim, Camarupim Norte, Peroá e Congoá, na Bacia do Espírito Santo**. Vitória, Cepemar, 2010.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, v. 5, n.10, pp. 200-215. 1992.

RABELO, L. R. **A pesca de camarão em Conceição da Barra, ES, como um estudo multidisciplinar do colapso de um sistema pesqueiro, 2006**. Monografia

(Graduação em Oceanografia) – Departamento de Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2006.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo**. Coleção Canaã. 3.ed. Vitória, 2008.

SILVA, Regina.; JABER-SILVA, Michelle. O mapa social e a educação ambiental, diálogos de um mapeamento participativo no Pantanal, Mato Grosso, Brasil. **Revista de Educação Pública**, v. 24, n. 55, p. 201-221, 2014.

SILVA, P. A. B. da; MACHADO, G. M. V.; DE ALMEIDA, M. M. Utilização de Geoprocessamento na Análise dos Processos Erosivos Ocorridos na Região da Foz do Rio Reis Magos, ES. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v. 11, n. 1, 2010.

SPENCER, Herbert. **Do progresso sua lei e sua causa**. Lisboa: Inquérito, 1939.

TAKAKI, Emika; REGINENSI, Caterine. **Mapa da Memória: Vale Encantado**. 2010. (Cartas, mapas ou similares/Mapa).

THIBAUD, Jean-Paul. L'horizon des ambiances urbaines. In: **Communications**, 73, 2002. Manières d'habiter, sous la direction de Philippe Bonnin. pp. 185-201. 2.

THOMAS, William Isac; ZNANIECKI, Florian. **El Campesino Polaco en Europa y en América**. 2 ed. Madri: Boletim Oficial del Estado/Centro de Investigaciones Sociológicas, 2006.

XAVIER-DA-SILVA, Jorge. **Geoprocessamento para análise ambiental: Aplicações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

IX APÊNDICES

APÊNDICE A - TERMO DE REFERÊNCIA PARA LEVANTAMENTO DE DADOS EM PESQUISA DE CAMPO

INTRODUÇÃO

O presente termo de referência objetiva a parametrização do levantamento de dados das comunidades pesqueiras. O relatório deverá ser apresentado de forma objetiva e adequada à sua compreensão. As informações devem ser fornecidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possa compreender a área estudada e deverá contemplar os seguintes aspectos:

CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

Este item tem como finalidade realizar uma caracterização geral da comunidade, incluindo: descrição da localização da comunidade em relação ao município, breve histórico de formação territorial e seu contexto de inserção. Descrição do número de pescadores cadastrados nas respectivas colônias e associações, identificação dos “pescadores de fato”, localização das moradias ou minimamente uma referência de localização - bairro, rua, ponto de referência.

Também pretende-se levantar as principais áreas de interesse na comunidade de pescadores: pontos de embarque e desembarque dos pescadores; áreas de atuação – marítimas, costeiras e terrestres – das atividades pesqueiras; locais de concentração e convívio dos pescadores em terra; localização das residências dos pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado;
- Os acessos principais e alternativos à comunidade;
- Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente;
- Endereço de residência ou referência de localização da residência;
- Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador;
- Análise *in loco*, com registro fotográfico, das áreas de embarque e desembarque pesqueiro de maior frequência e que podem ser identificadas por observação. O registro fotográfico deverá conter as referências de coordenadas geográficas – ativar função de GPS/localização da câmera ou do celular – que possibilitem a posterior marcação em um programa SIG-QGIS ou ArcGIS.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores;

- Registro fotográfico;
- Dados de GPS.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de localização da comunidade contendo: limites municipais, limites das comunidades rurais, limites de bairros, limite das áreas urbanizadas, identificação das principais vias;
3. Mapa da localização de pontos de referência histórica da formação territorial da comunidade, áreas de ocorrência de eventos importantes da comunidade que contribuíram para formação da comunidade de pescadores;
4. Mapa de acesso à comunidade;
5. Mapa com a localização das residências dos pescadores;
6. Mapa das áreas de embarque e desembarque dos pescadores artesanais;
7. Mapa das áreas de atividade pesqueira - marítima, costeira e terrestre.

USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O item de uso e ocupação do solo tem o objetivo de analisar e caracterizar a estrutura/forma/tipo de ocupação e desenvolvimento do solo urbano e rural, no qual as comunidades se inserem. Tal análise se baseia na identificação das zonas de predominância de tipologias construtivas, considerando a estrutura da malha urbana – continuidade/descontinuidade, integração/segregação – e na identificação de áreas que apresentem algum tipo de precariedade urbana – falta de infraestrutura, tipologia construtiva das edificações.

Também é pretendido caracterizar a estrutura atual de uso e ocupação do solo, indicando as zonas de predominância de uso, predominância de gabarito – quando existir edificação destoante do entorno – núcleos de concentração de atividades não residenciais e de impacto nas atividades de pesca artesanal, indicando o perfil de tais atividades – porte, tipo, localização, existência de EIV/EIA/RIMA, etc.

Ainda nesse mesmo item se propõe a avaliação das possíveis transformações urbanísticas induzidas por fatores externos não controlados pela comunidade ou pela municipalidade – adensamento, uso e ocupação do solo, estratificação social, atração de pessoas, oferta de trabalho, dentre outras – provenientes da implantação de empreendimentos no entorno da comunidade.

Por fim, propõe-se a análise das áreas de possível valorização imobiliária e do território quanto aos conflitos com empreendimentos de naturezas diversas às comunidades de pesca artesanal.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros;
- Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo;

- Percepção do pescador quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram maior possibilidade de emprego para os pescadores ou para a comunidade em geral, ou pescadores que enriqueceram e contrataram pescadores artesanais;
- Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas;
- Análise e mapeamento da evolução urbana por meio de imagens aéreas ao longo dos anos. As imagens serão adquiridas através das diversas plataformas disponíveis: IJSN, Geobases, Google, Incaper;
- Análise e mapeamento da estrutura da malha urbana, por meio de observação e registro fotográfico, observando os seguintes pontos: Continuidade e descontinuidade da mancha urbana;
- Áreas com predominância de precariedade - encostas de morros, margens de corpos hídricos, tipologia construtiva de má qualidade, edificações em estágios de degradação, falta de infraestrutura como água, esgoto, iluminação pública, entre outros;
- Áreas de predominância de uso não residencial - comércio, serviço, indústria -, por zonas de predominância e possíveis conflitos gerados. O levantamento do referido dado deverá ser acompanhado por registro fotográfico que comprove as zonas de predominância de uso;
- Atividades industriais ou empreendimentos de natureza geral que impactam o cotidiano da comunidade, caracterizando por porte, tipo e localização.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de zonas de predominância de uso e conflitos;
3. Mapa da estrutura da malha urbana;
4. Mapa das áreas de risco;
5. Mapas de ocupação informal e precárias;
6. Mapa de percepção ambiental com a definição dos percursos, nós e marcos indicados pelos pescadores;
7. Mapa de áreas de valorização imobiliária e conflitos;
8. Mapa de conflitos entre comunidade pesqueira e empreendimentos de natureza geral.

QUALIDADE AMBIENTAL

O item de qualidade ambiental tem o objetivo de avaliar a qualidade das áreas ambientais dentro e no entorno da comunidade de pescadores, considerando os aspectos físicos do relevo, hidrografia, vegetação e solo e também das transformações na paisagem, responsáveis por alterar as formas e processos dos elementos naturais.

Também pretende-se caracterizar as áreas ambientais sensíveis no entorno da comunidade, assim como as áreas de preservação – Reservas Ecológicas, APAs, UCs, etc. – e os impactos que estas vêm sofrendo ao longo do tempo.

Por fim, pretende-se comparar as áreas ambientais previstas no PDM do município e no mapeamento do uso do solo disponível no IJSN – caso a primeira não esteja disponível ou

acessível – com o atual estado dessas áreas, avaliando se ocorreu a preservação das mesmas ou não.

Metodologia:

- Realização de entrevista com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação dos pescadores de como as áreas ambientais eram em relação a como estão hoje;
- Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos;
- Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores;
- Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais;
- Análise da base de dados oficial identificando quais áreas ambientais estão mapeadas para verificação de correspondência em campo;
- Áreas ambientais mapeadas em PDM, base cartográfica do IJSN.

Evidências Coletadas:

- Entrevistas com pescadores;
- Fotografias das áreas ambientais;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório contendo os dados levantados referentes aos itens em questão;
2. Mapeamento das áreas de fragilidade ambiental no entorno da comunidade;
3. Mapeamento dos recursos hídricos de pequeno porte não identificados na base oficial;
4. Levantamento de dados para o Mapa socioambiental - Mapa síntese com os desenhos que os pescadores fizeram no campo – mapa participativo.

MOBILIDADE URBANA

O item que trata sobre a mobilidade urbana das comunidades tradicionais objetiva a caracterização da infraestrutura viária da localidade, por meio da descrição das principais vias de acesso – arteriais e coletoras – da intensidade de fluxos, dos principais meios de transporte da comunidade, pontos de ônibus e transporte coletivo, da identificação dos principais fluxos de deslocamento viário – trabalho e residência – e condições de infraestrutura das calçadas.

Através da análise e caracterização das infraestruturas de mobilidade urbana, pode-se entender o padrão de vida da comunidade e em qual contexto socioeconômico a mesma se insere. As relações entre os deslocamentos, pontos de parada e principais rotas de passagem, podem demonstrar a dinâmica local da comunidade pesqueira e como essa se dá no território.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio de entrevista são:
- Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc;
- Indicação dos principais meios de transportes utilizados para locomoção cotidiana;
- Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho;

- Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?;
- Análise e mapeamento das condições de infraestrutura das calçadas segundo as normas vigentes (NBR 9050/2015).

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

1. Relatório contendo a descrição dos dados levantados referente ao item em questão;
2. Mapa de Hierarquia viária;
3. Mapa de pontos de parada de transporte coletivo;
4. Mapa de Intensidade de fluxos - Carros, motos, bicicletas e pedestres;
5. Mapas de conflitos entre mobilidade e escoamento de produção da cadeia produtiva da pesca - localização da fábrica de gelo.

MAPEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

Coleta preliminar de informações cartográficas com os pescadores para criar um banco de dados para o mapeamento participativo com pescadores: mapa socioambiental e mapa social. A metodologia está alinhada com as entrevistas semiestruturadas que serão realizadas pelo grupo sócio-antropológico, juntamente com o material de base cartográfica para que os próprios entrevistados possam representar espacialmente os seguintes itens:

Atividades extrativistas;
Manuseio de plantas;
Relações afetivas;
Conflitos Ambientais;
Circulação, trilhas e trajetos.

Também será realizado um mapeamento dos pontos de referência visuais utilizados por pescadores tradicionais para sua localização no mar. Para tal, o mapeamento envolverá: Elaboração de polígono com os nomes dos mares e o nome dos pontos de referência na paisagem terrestre - morros. A metodologia deve ser aplicada às comunidades da Grande Vitória e Aracruz. Nas demais comunidades, deve ser verificado se há uma forma semelhante de referência espacial.

Serão identificadas outras formas de localização do ponto em que o pescador se encontra durante a pesca, como localizar os corais – cascalhos - e áreas mais profundas, a partir do uso de pesos em linhas, por exemplo, quando o tempo está “fechado” e somente a referência visual não basta para identificar sua localização.

Também serão realizados mapas síntese das informações de todas as comunidades, apresentando as características comuns entre elas e no que elas diferem, como a quantidade total de pescadores; percentual de pescadores em relação à população total do município; quantidade de embarcações, etc. Esses mapas serão produzidos *a posteriori* quando as informações de campo forem sintetizadas.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Registros dos itens supracitados, cartografados pelos pescadores, referentes à cartografia socioambiental;
 - Utilização de mapa-base para que o próprio pescador possa fazer as representações no território;
- Registro da fala dos pescadores, indicando elementos importantes que possam ser espacialmente georreferenciados, mas que envolvem outra escala de abrangência.

Evidências coletadas:

- Gravações – áudio/vídeo – das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico;
- Mapas-base com desenhos elaborados pelos pescadores.

Produtos:

1. Relatório descritivo contendo os dados coletados, juntamente com os mapas anexados com a contribuição dos pescadores;
2. Mapa de localização dos mares;
3. Registro fotográfico de instrumentos utilizados para localização no mar;
4. Registro do nome dos morros e seus alinhamentos;
5. Mapa socioambiental - trabalhado *a posteriori* em ambiente SIG:
 - 5.1. Áreas de pesca;
 - 5.2. Áreas de conflito;
 - 5.3. Referências de localização dos mares.
- 5.4. Demais informações relatadas pelos pescadores que se distribuem espacialmente no território.

EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

O item objetiva a caracterização dos equipamentos urbanos e áreas de uso da comunidade, bem como a indicação das condições de infraestrutura dos equipamentos e áreas de sociabilidade, sua localização e horários de uso predominantes. Também deve indicar quais são os espaços de lazer formais e informais.

Realiza a análise das condições de infraestrutura urbana básica, como: abastecimento de água potável, energia elétrica, serviços de telecomunicações, serviços de coleta e tratamento de esgoto e rede de drenagem pluvial.

Levanta/atualiza as condições em que os PCAPs implantados nas comunidades se encontram, informando sua localização, estado de funcionamento, degradação, entre outros.

O item deve destacar/levantar quais patrimônios históricos apresentam maior relevância para comunidade de pescadores.

Metodologia:

- Realização de entrevistas com pescadores artesanais. Os dados que deverão ser obtidos por meio das entrevistas são:
- Identificação, em mapa, dos locais de socialização ou/e atividades sociais da comunidade;
- Informações sobre horários predominantes de uso dos equipamentos;
- Identificação da frequência de utilização dos equipamentos;

- Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

Evidências coletadas:

- Gravações - áudio/vídeo - das entrevistas com pescadores;
- Registro fotográfico.

Produtos:

- Relatório contendo a descrição dos dados levantados referentes ao item em questão;
- Mapa de equipamentos urbanos – UPAs, Escolas, CRAS, Projeto Tamar, Associações, Prefeituras, entre outros;
- Mapa das áreas de sociabilidade, espaços de lazer;
- Mapa de patrimônio histórico;
- Mapa de infraestrutura - água, energia, telecomunicações, esgoto, drenagem, entre outros.

ITENS PARA O DIRECIONAMENTO DA PESQUISA SOCIOANTROPOLÓGICA

- Levantamento de lideranças formais, feminina e jovem;
- Levantamento das relações sociopolíticas das comunidades;
- Levantamento das relações sociais estabelecidas no território para que estas possam dar subsídio para a elaboração do mapa social;
- Levantamento das relações socioambientais;
- Levantamento de atividades culturais;
- Levantamento de conflitos socioambientais;
- Levantamento de órgãos de interesse da comunidade;
- Levantamento de informações para dar suporte ao mapa social e político de cada comunidade;
- Levantamento de informações para elaboração do mapa socioambiental;
- Método: Conversas com pescadores e familiares de pescadores e realização de entrevistas semiabertas.

Pontos norteadores das entrevistas:

SOCIOECONOMIA

- Ocupação – Emprego;
- Características familiares;
- Turismo;
- Atividades econômicas;
- Setores econômicos;
- Renda;
- Educação;
- Saúde;
- Perfil da Comunidade Pesqueira.

POLÍTICAS SOCIAIS

- Saúde;
- Educação;
- Assistência Social;

- Geração de emprego e renda;
- Mulher;
- Racial;
- Quilombola;
- Populações e territórios tradicionais;
- Criança e Juventude;
- Turismo;
- Cultura;
- Esporte e Lazer.

CULTURA:

- Festividades;
- Música;
- Religiosidade;
- Tradição oral;
- Ritos, rituais e lendas;
- Iconografia;
- Identidade;
- Práticas cotidianas.

RELAÇÕES SÓCIO POLÍTICAS:

- Lideranças comunitárias formais;
- Lideranças comunitárias informais;
- Lideranças femininas;
- Lideranças jovens;
- Cadeias de reputação;
- Relações de Parentesco;
- Relações institucionais;
- Mobilização coletiva;
- Conflitos sociopolíticos.

RELAÇÕES DE TRABALHO:

- Divisão sexual do trabalho;
- Infância e juventude;
- Trajetória profissional;
- Horizonte de oportunidades.

CARTOGRAFIA SOCIAL:

- Parentesco;
- Pertencimento;
- Memória.

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS:

- Atividades extrativistas;
- Manuseio de plantas;
- Relações afetivas;
- Conflitos.

GÊNERO:

- Divisão Sexual do Trabalho;
- Relações Familiares e de gênero;
- Violências;
- Papeis sociais e sua divisão;
- Conflitos de gênero.

MULHERES:

- Poder de decisão;
- Participação religiosa;
- Educação.

FAMÍLIA:

- Estado civil;
- Profissão do marido/esposa;
- Prole;
- Renda;
- Participação na renda familiar;
- Quantas pessoas na família contribuem com a renda familiar.

TRABALHO:

- Início na atividade;
- Tipo;
- Atribuição na atividade;
- Trabalhos além da atividade;
- Relações entre pares;
- Nível de satisfação com o que faz.

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA:

- Participação na associação de pescadores - tomada de decisões;
- Ocupação de cargos na colônia ou associação de pescadores;
- Pertencimento a partido político, grupos religiosos, associação de moradores etc.

DIREITOS RELACIONADOS À PROFISSÃO:

- Seguro defeso;
- Aposentadoria.

INFÂNCIA E JUVENTUDE:

- Socialização;
- Violências;
- Educação;
- Cultura e lazer;
- Religião;
- Perspectiva de futuro;
- Espaços de sociabilidade.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE PESQUISA. GUIA DE PERGUNTAS AOS PESCADORES

1. CARACTERIZAÇÃO DA COMUNIDADE

1.1 - O histórico de formação da comunidade de pesca artesanal - análise e levantamento de semelhanças nos discursos de cada pescador entrevistado.

Pergunta:

O senhor poderia falar um pouco sobre a história de como começou a comunidade. Quem foram os primeiros a chegar, onde começaram a morar/construir suas casas?

1.2 - Os acessos principais e alternativos à comunidade.

O acesso à comunidade é só pela rodovia ou tem algum caminho diferente que se consegue chegar até aqui?

1.3 - Número de pescadores “de fato” e quantos estão cadastrados na colônia ou associação, segundo o pescador - conferir com dados de instituições posteriormente.

Antigamente existia cerca de quantos pescadores aqui na comunidade? E hoje, quantos pescam?

1.4 - Endereço de residência ou referência de localização da residência.

O(a) senhor(ra) poderia nos dar seu endereço?

1.5 - Identificação dos pontos de embarque e desembarque, áreas de atuação das atividades pesqueiras. A marcação deverá ser realizada pelo pesquisador em um mapa físico pré-elaborado, em tamanho A4, de acordo com o indicado pelo pescador.

O desembarque do pescado é feito onde? Poderia mostrar aqui no mapa onde se encontram os locais de embarque e desembarque? Onde ficam atracados os barcos?

2. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

2.1 - Conflitos da comunidade de pesca artesanal com empreendimentos de natureza diversa que se instalaram na comunidade ou que estão em vias de implantação, como: áreas de pesca perdidas, ocupação de território pela indústria que induziu a saída dos moradores do local, entre outros.

Existe alguma empresa aqui por perto? Indústria, pesca industrial, Petrobras com plataformas de petróleo no mar? Esses empreendimentos mudaram a vida do(a) senhor(a)? Trouxeram alguma transformação depois que se instalaram? Como é pesca com estas empresas aqui?

2.2 - Percepção do pescador sobre o processo de urbanização da comunidade, como: a) períodos de crescimento acelerado, b) intensificação de ocupações do solo formais ou informais, c) empobrecimento da população mais antiga em favor de uma nova população que se instalou a curto ou médio prazo.

Como era a comunidade quando o senhor(a) começou a pescar e como é hoje? Como está a comunidade/pescadores e familiares hoje?

2.3 - Percepção do(a) pescador(a) quanto às possibilidades de emprego na região, empresas da região que geram mais oportunidades de trabalho para os pescadores ou para a comunidade em geral.

Existem muitos empregos para os pescadores e familiares na região? Como que está o emprego na região?

2.4 - Percepção de marcos urbanos e paisagísticos e nós urbanos - pontos de parada cotidianos e de realização de atividades diversas.

Quais lugares aqui da região o senhor acha importante para os pescadores? Existe alguma paisagem que é importante para os pescadores? Quais lugares o senhor costuma parar e ficar um tempo?

2.5 - Indicação de percursos realizados no cotidiano, pontos de parada - bar, mercado, pracinhas, etc.

Qual a rota que o senhor costuma fazer durante a semana? Da sua casa até ir para o mar? Poderia me mostrar aqui no mapa?

2.6 - Indicação dos principais meios de transporte utilizados para locomoção cotidiana.

E o senhor usa que tipo de transporte para se locomover? Ônibus, moto, carro, bicicleta?

2.7 - Percepção do pescador quanto as distâncias percorridas entre os locais de moradia e trabalho.

Quanto tempo o senhor leva da sua casa até o trabalho? O que o senhor pensa sobre a distância entre sua casa e o local de trabalho?

2.8 - Percepção da qualidade da infraestrutura viária e de mobilidade urbana - faltam equipamentos? Faltam pontos de ônibus? Qual a frequência de passagem de transporte coletivo?

O que o senhor acha da qualidade dos ônibus, dos pontos de ônibus e das ruas? O que o senhor gostaria que mudasse? Quais os horários dos ônibus que passam aqui? Eles passam no horário?

3. EQUIPAMENTOS URBANOS, ÁREAS DE USO COMUM E INFRAESTRUTURA URBANA

3.1 - Identificação, em mapa, dos locais de socialização e/ou atividades sociais da comunidade.

O senhor usa (nome do equipamento em questão nas proximidades)? E outras pessoas, o senhor vê por aqui? É um local de movimento? Como é durante a noite?

3.2 - Informações sobre horários de uso predominante dos equipamentos.

Qual o horário que o senhor percebe em que as pessoas mais utilizam (nome do equipamento em questão nas proximidades)

3.3 - Identificação da frequência de utilização dos equipamentos.

Qual a frequência de utilização deste equipamento? O senhor vem frequentemente? E quanto a outras pessoas?

3.4 - Identificação da qualidade de infraestrutura dos PCAPs segundo o pescador.

O (Falar o nome do PCAP: exemplo: fábrica de gelo...) atende bem as necessidades da comunidade de pescadores? Como está a qualidade da instalação? E a localização? Poderia nos falar o que o PCAP trouxe de bom para comunidade? O que não trouxe?

4. QUALIDADE AMBIENTAL

4.1 - Indicação dos pescadores de como eram as áreas ambientais em relação a como estão hoje.

Como era a vegetação aqui na comunidade há X anos atrás?

4.2 - Indicação das mudanças ocorridas na vegetação e nos recursos hídricos.

Quais foram as mudanças que aconteceram com as áreas ambientais? A restinga e o manguezal iam até onde?

4.3 - Identificação dos impactos ambientais e suas consequências nas atividades dos pescadores.

Essas mudanças (colocar o que o pescador respondeu na outra pergunta) alteraram a rotina de vocês? Quais foram as consequências (dessas mudanças)?

4.4 - Identificar quais foram os principais atores que causaram impactos ambientais.

Qual (empresa, instituição, pessoa, grupo) foi responsável por causar esse impacto?

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

“Projeto Redes de Cidadania”

Responsáveis pela pesquisa: Viviane Mozine Rodrigues e Augusto César Salomão Rodrigues.

“Universidade de Vila Velha”

Este documento que você está lendo é chamado de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Ele contém explicações sobre o estudo que você está sendo convidado a participar. Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma via do mesmo. Antes de assinar faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo). Sua participação é voluntária, o que significa que você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.

Essa pesquisa procura mobilizar, organizar e integrar as comunidades de pescadores e marisqueiras artesanais do centro-norte capixaba dando formação e fortalecendo as ações nos eixos de Economia Solidária e Geração de Trabalho e Renda (GTR), Licenciamento Ambiental e Letramento Digital. Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguintes(s) procedimentos: entrevista com foco em questões sócio antropológicas, socioambientais e urbano territoriais relacionadas as comunidades de pesca artesanal da região e da própria região em si.

Os riscos envolvidos com sua participação são: a divulgação de informações com base nas gravações, entrevistas e fotografias. Tais riscos serão minimizados através das seguintes providências: sigilo da identidade das fontes das quais as informações foram adquiridas. Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento você não precisa realizá-lo. Sua participação poderá ajudar no maior conhecimento sobre as comunidades de pesca artesanal e quais suas necessidades.

Todas as informações obtidas serão sigilosas. O material com as suas informações (gravações, entrevistas, entre outras) ficará guardado em local seguro sob a responsabilidade do projeto Redes de Cidadania com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade e que será destruído após a pesquisa. A divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os voluntários. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo. Se você tiver algum gasto que seja devido à sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você terá direito a indenização.

Você ficará com uma via deste Termo e toda a dúvida que você tiver a respeito desta pesquisa, poderá perguntar diretamente para Viviane Mozine Rodrigues, Rua Henrique Moscoso, 368 – Praia da Costa Vila Velha – ES, 29.101-330, telefone (27) 99248-9654, e-mail vmozine@uvv.br.

Dúvidas sobre a pesquisa envolvendo princípios éticos poderão ser questionadas ao Comitê de Ética em Pesquisa da UVV localizado Prédio da Reitoria no subsolo: na Rua Comissário José Dantas de Melo, nº 21, Boa Vista, Vila Velha-ES, CEP: 29.102-770, Tel.: (27) 3421-2063, E-mail: CEP@uvv.br.

Horário de funcionamento: 2ª a 5ª 07h às 12h e das 13h às 17h e 6ª feira - 07h às 12h e das 13h às 16h. Secretária: Sirlene Gomes Neves. Reclamações e/ou insatisfações relacionadas à participação do paciente na pesquisa poderão ser comunicadas por escrito à Secretaria do CEP/UVV, desde que os reclamantes se identifiquem, sendo que o seu nome será mantido em anonimato.

Consentimento Livre e Esclarecido

Declaro que fui devidamente informado e esclarecido pelo pesquisador sobre a pesquisa do Projeto Redes de Cidadania, dos procedimentos nela envolvidos, assim como dos possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga prejuízo ou penalidade.

Participante (ou Responsável): (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador responsável: (assinatura, nome e CPF)

Pesquisador Participante (assinatura, nome e CPF)

*A assinatura do voluntário não pode ser aposta em papel à parte do corpo do TCLE.
O TCLE é um documento único e deve ser sempre apresentado integralmente. Nunca o presente inserido como parte de outro texto ou apenas parte do mesmo.
O TCLE deve estar assinado por todos os pesquisadores.
Nas pesquisas em que participantes estejam impossibilitados de escreverem assinarem o nome, é necessário ter o espaço para a aposição da digital como assinatura no TCLE.*